

CONHECIMENTOS GERAIS**Língua Portuguesa**

Atenção: Leia o texto para responder às questões de números 1 a 6.

Chamamos nossa espécie de Homo sapiens – o humano sábio. Mas é discutível até que ponto temos feito jus ao nome.

Nos últimos 100 mil anos, nós, sapiens, certamente acumulamos um poder enorme. A mera listagem de todas as nossas descobertas, invenções e conquistas ocuparia muitos volumes. Mas poder não é sabedoria e, depois de 100 mil anos de descobertas, invenções e conquistas, a humanidade se arrastou para uma crise existencial. Estamos à beira da catástrofe ambiental, causada pelo mau uso do nosso próprio poder. Também estamos criando novas tecnologias, como a IA (Inteligência Artificial), que podem nos escravizar ou nos aniquilar. Mas em vez de a nossa espécie se unir para lidar com esses grandes problemas existenciais, as tensões internacionais estão aumentando, a cooperação global vem se tornando mais difícil, os países estão ampliando seus arsenais de aniquilação total, e não parece impossível que uma nova guerra mundial aconteça.

Apesar da espantosa quantidade de informação à nossa disposição, somos tão suscetíveis à fantasia e à ilusão quanto nossos ancestrais antigos. Por que somos tão bons em acumular mais informação e poder, mas muito menos hábeis em adquirir sabedoria? Muitas tradições ao longo da história acreditaram que temos alguma imperfeição fatal que desperta a tentação de buscar poderes com que não sabemos lidar.

(HARARI, Yuval. **Nexus**. Companhia das Letras, edição digital. Adaptado)

1. Está gramaticalmente correta a redação do seguinte comentário a respeito das ideias do texto:
 - (A) Causam questionamentos o fato de que o *homo sapiens*, com milênios de existência ainda não tenha delineado um futuro alentador.
 - (B) Não se devem considerar menos efetiva que as dos nossos ancestrais a suscetibilidade humana a fantasias e ilusões.
 - (C) Opõe-se aos benefícios advindos dos investimentos em novas tecnologias a ampliação dos arsenais de destruição em massa.
 - (D) Cabem a diversas tradições adotadas ao longo da história, explicitar a tese de que o ser humano é dotado de imperfeições cabais.
 - (E) Muitas opções haveriam, para mitigar os efeitos nocivos da crise climática se escolhêssemos cooperar mutuamente.

2. O autor estabelece uma oposição, sobretudo, entre o que considera que seja
- (A) ter uma ideologia e disseminar uma tradição.
 - (B) crer numa fantasia e crer numa religião.
 - (C) ter poder e ter sabedoria.
 - (D) acumular informações e disseminar notícias falsas.
 - (E) contar com recursos tecnológicos e reduzir a desigualdade social.
-
3. No texto, a reiterada referência a *descobertas, invenções e conquistas* alicerça a ideia do autor de que,
- (A) a seu próprio tempo, elas apontarão para as soluções da crise climática.
 - (B) para apreendê-las, é preciso compreender os eventos que as precederam.
 - (C) por causa delas, a inteligência artificial irá sanar dúvidas humanas existenciais.
 - (D) a despeito delas, a existência humana está sob ameaça.
 - (E) como consequência delas, o *homo sapiens* se fez merecedor desta alcunha.
-
4. A frase em que o sujeito é ao mesmo tempo agente e paciente está em:
- (A) *a humanidade se arrastou para uma crise existencial.*
 - (B) *como devemos vivê-la?*
 - (C) *Estamos à beira da catástrofe ambiental.*
 - (D) *nós, sapiens, certamente acumulamos um poder enorme.*
 - (E) *que uma nova guerra mundial aconteça.*
-
5. No contexto em que se insere, estabelece uma oposição o seguinte trecho:
- (A) *Apesar da espantosa quantidade de informação à nossa disposição.*
 - (B) *Também estamos criando novas tecnologias, como a IA (Inteligência Artificial).*
 - (C) *somos tão suscetíveis à fantasia e à ilusão quanto nossos ancestrais antigos.*
 - (D) *causada pelo mau uso do nosso próprio poder.*
 - (E) *Estamos à beira da catástrofe ambiental.*



-
6. *Muitas tradições ao longo da história acreditaram que temos alguma imperfeição fatal que desperta a tentação de buscar poderes com que não sabemos lidar.*

O termo sublinhado no trecho pode ser substituído por:

- (A) ao qual.
 - (B) as quais.
 - (C) os quais.
 - (D) o qual.
 - (E) a qual.
-

Atenção: Leia o texto para responder às questões de números 7 a 12.

A lembrança de Torre di Venere evoca uma atmosfera desagradável. Torre fica a cerca de quinze quilômetros de Portoclemente, uma das cidades de veraneio prediletas à margem do mar Tirreno, com uma colorida avenida à beira-mar repleta de hotéis e lojas, gente bronzeada e uma estrondosa indústria da diversão. Margeada de pinhos, a praia mantém ao longo de toda a costa a sua cômoda amplidão de areia fina, portanto não admira que não muito adiante tenha-se aberto uma concorrente mais sossegada. Torre é, como destino turístico, uma ramificação do balneário vizinho e já foi um idílio. Mas, como costuma acontecer com lugares assim, a paz foi há muito obrigada a deslocar-se um trecho mais adiante; o mundo, como se sabe, busca-a e expulsa-a. Foi assim que Torre, ainda que mais introspectiva e modesta que Portoclemente, caiu no gosto de italianos e estrangeiros.

Torre ganhou um Grand Hôtel (onde havíamos reservado quartos). Surgiram inúmeras pensões, luxuosas e mais simples. Em julho, agosto, fervilham berros, brigas, gritos de júbilo de banhistas, cuja pele da nuca se descasca por causa de um sol esturricante. Tal era o aspecto da praia de Torre quando chegamos.

Na noite de nossa chegada ao Grand Hôtel, quando aparecemos para o jantar, fomos guiados até uma mesa pelo garçom responsável. Não havia nenhuma objeção a fazer a essa mesa, mas nos cativou a vista da varanda de vidro contígua, que dava para o mar e sobre cujas mesinhas cintilavam lamparinas de abajur vermelho. Os pequenos se mostraram encantados com essa magnificência, e manifestamos de forma singela a decisão de que preferíamos fazer a nossa refeição na varanda – uma declaração de ignorância, como restou claro, pois nos fizeram entender com uma cortesia algo constrangida que aquele aconchegante ambiente era destinado “aos nossos clientes”. Nossos clientes? Mas isso éramos nós. Não estávamos de passagem ou só por uma noite. Abrimos mão, de resto, do esclarecimento da diferença entre gente como nós e aquela clientela, a quem se servia o jantar à luz de lamparinas vermelhas, e jantamos no refeitório, em nossa mesa de iluminação prosaica – uma refeição bem medíocre, própria do esquema hoteleiro insípido; achamos depois muito melhor a cozinha da pensione Eleonora, dez passos mais distante da praia. Foi justamente para lá que nos transferimos, três ou quatro dias mais tarde.

(MANN, Thomas. **Mário e o mágico: uma experiência trágica de viagem**. Trad. José Marcos Macedo. Companhia das Letras, edição digital. Adaptado)

7. O termo sublinhado no trecho *própria do esquema hoteleiro insípido* (3º parágrafo) pode ser substituído, sem prejuízo para as relações de sentido estabelecidas no contexto, por:

- (A) aconchegante.
 - (B) deprimente.
 - (C) idílico.
 - (D) enfadonho.
 - (E) carismático.
-

8. O narrador relata que

- (A) a irritabilidade manifestada por ele no início era incondizente com a atmosfera serena do Grand Hôtel.
 - (B) a degradação ecológica do balneário em que se hospedou contrastou com a cortesia dos funcionários do refeitório do hotel.
 - (C) a troca de acomodações que foi obrigado a fazer simbolizou a renunciada derrocada econômica da família.
 - (D) o ambiente simplório e algo vulgar da varanda cobiçada pela família contrastou com a opulência que havia imaginado.
 - (E) ele e a família foram vítimas de uma inexplicável discriminação social ao solicitarem acesso a um ambiente do hotel.
-



9. *ainda que mais introspectiva e modesta que Portoclemente* (1º parágrafo)

Sem prejuízo para a correção e o sentido, o trecho sublinhado acima pode ser substituído por:

- (A) bem como.
- (B) devido a.
- (C) conquanto.
- (D) porquanto.
- (E) tampouco.

-
10. *O mundo, como se sabe, busca-a e expulsa-a.* (1º parágrafo)
e sobre cujas mesinhas cintilavam lamparinas de abajur vermelho. (3º parágrafo)

Os pronomes sublinhados referem-se, respectivamente, a:

- (A) paz e lamparinas.
- (B) paz e varanda.
- (C) praia e mesinhas.
- (D) praia e varanda.
- (E) Torre e mesinhas.

-
11. *Tal era o aspecto da praia de Torre quando chegamos.* (2º parágrafo)

No contexto em que se encontra, o termo sublinhado

- (A) aponta para a resolução do conflito narrado.
- (B) foi empregado para intensificar as características do local descrito.
- (C) refere-se às características do local citado.
- (D) indica um local cujo nome não se mencionou, mas se depreende do contexto.
- (E) ressalta as diferenças entre as duas praias mencionadas.

-
12. *a praia mantém ao longo de toda a costa a sua cômoda amplidão de areia fina*

O trecho sublinhado exerce, no contexto, a mesma função sintática do trecho sublinhado em:

- (A) *Torre é, como destino turístico, uma ramificação do balneário vizinho e já foi um idílio.*
 - (B) *não admira que não muito adiante tenha-se aberto uma concorrente mais sossegada.*
 - (C) *Os pequenos se mostraram encantados com essa magnificência.*
 - (D) *Surgiram inúmeras pensões, luxuosas e mais simples.*
 - (E) *cuja pele da nuca se descasca por causa de um sol esturricante.*
-

Atenção: Leia o texto para responder às questões de números 13 e 14.

A Rua Diferente

*Na minha rua estão cortando árvores
botando trilhos
construindo casas.*

*Minha rua acordou mudada.
Os vizinhos não se conformam.
Eles não sabem que a vida tem dessas exigências brutas.*

*Só minha filha goza o espetáculo
e se diverte com os andaimes,
a luz da solda autógena
e o cimento escorrendo nas fôrmas.*

(ANDRADE, Carlos Drummond de. **Alguma poesia**. Rio de Janeiro:
Record, edição digital)

13. No poema, o processo de transformação da paisagem é descrito como
- (A) reversível.
 - (B) inevitável.
 - (C) moroso.
 - (D) vacilante.
 - (E) inexequível.



14. Ocorre “personificação”, figura que consiste na atribuição de comportamento humano a seres inanimados, em:
- (A) *Na minha rua estão cortando árvores.*
 - (B) *e o cimento escorrendo nas fôrmas.*
 - (C) *Minha rua acordou mudada.*
 - (D) *Os vizinhos não se conformam.*
 - (E) *Só minha filha goza o espetáculo.*

Raciocínio Lógico-Matemático

15. Uma pessoa distraída lacrou os envelopes de três cartas e escreveu, ao acaso, os nomes dos destinatários nos envelopes. A probabilidade de que pelo menos um destinatário receba a carta correta é
- (A) $1/6$.
 - (B) $1/3$.
 - (C) $1/2$.
 - (D) $1/4$.
 - (E) $2/3$.
-

16. Os números pares foram escritos sequencialmente na tabela com seis colunas.

2	4	6	8	10	12
14	16	18	20	22	24
26	28	30	32	34	36
⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮

A figura que pode fazer parte da tabela acima é:

(A)

			68		
					84

(B)

			80		
	86				

(C)

	62				
		76			

(D)

	86	88			

(E)

			66		
					82

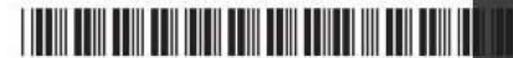


17. Um pintor usa 3 galões de tinta para cobrir com uma demão 165 m^2 de parede. Mantendo o mesmo aproveitamento da tinta, o número de galões que devem ser comprados para dar duas demãos de tinta em 275 m^2 de parede é
- (A) 8.
 - (B) 12.
 - (C) 11.
 - (D) 9.
 - (E) 10.

Noções de Informática

18. No ambiente de um Tribunal Regional do Trabalho são adotadas diversas práticas de segurança cibernética para proteger os sistemas e as informações contra ameaças digitais. Nesse sentido,
- (A) a inteligência artificial tem sido usada tanto para criar soluções de segurança cibernética e fazer a detecção de ameaças, quanto para sofisticar os ataques, tornando necessária uma abordagem de defesa integrada que envolva múltiplas camadas de proteção.
 - (B) o uso de antivírus garante total proteção contra as ameaças digitais, uma vez que identifica e elimina qualquer tipo de *malware* presente no sistema, tornando desnecessário o gasto com ferramentas de segurança sofisticadas.
 - (C) os *firewalls* protegem os sistemas contra ataques advindos de *malwares* que já estão instalados no dispositivo, impedindo sua execução e posterior propagação para outros arquivos ou sistemas da rede.
 - (D) a autenticação de dois fatores (2FA) é eficaz principalmente para dificultar o acesso aos sistemas, mas apresenta vulnerabilidades quando se utilizam aplicativos geradores de códigos, sendo preferível o uso de uma senha estática, que não se muda, e outra dinâmica, que se muda sempre.
 - (E) o uso de *antimalwares* combate os *worms*, que são um tipo de vírus que precisam ser anexados a um programa legítimo para se propagar, exigindo a ação do usuário para sua execução e posterior disseminação em outros dispositivos.

19. Suponha que um Tribunal Regional do Trabalho tenha 100 GB no google drive institucional. Uma funcionária, com as devidas permissões, fez o *upload* de vários documentos e colocou-os em uma pasta denominada DocumentosTRT. Em condições ideais, para a funcionária compartilhar esta pasta com as pessoas que possuírem o *link*, de forma que possam apenas comentar, ela localiza a pasta > clica com o botão
- (A) direito do mouse sobre ela > clica em Compartilhar com qualquer pessoa com o *link* > seleciona a função Comentador > clica em Copiar *link* > clica em Concluir.
 - (B) esquerdo do mouse sobre ela > clica em Compartilhar com qualquer pessoa com o *link* > seleciona a função Comentador > clica em Copiar *link* > clica em Concluído.
 - (C) direito do mouse sobre ela > clica em Compartilhar > seleciona Qualquer pessoa com o *link* > seleciona Apenas comentários > clica em Copiar *link* > clica em Concluir.
 - (D) direito do mouse sobre ela > passa o mouse sobre Compartilhar > clica em Compartilhar > seleciona Qualquer pessoa com o *link* > seleciona a função Comentador > clica em Copiar *link* > clica em Concluído.
 - (E) esquerdo do mouse sobre ela > passa o mouse sobre Compartilhar > clica em Compartilhar > seleciona Qualquer pessoa com o *link* > seleciona Apenas Comentários > clica em Copiar *link* > clica em Concluir.
-
20. Considere que um funcionário de um Tribunal Regional do Trabalho permite que o navegador Google Chrome, instalado, e funcionando em condições ideais em seu computador, realize o serviço de armazenamento e preenchimento automático de senhas. Um certo dia ele recebeu, por e-mail, um aviso de que suas senhas tinham sido comprometidas, com um *link* para acesso ao Chrome. O funcionário
- (A) abriu o navegador, clicou nos 3 pontos do canto superior direito para Personalizar o Google Chrome, clicou em Gerenciar senhas e preenchimento automático, clicou em *Check-up* e obteve como resultado uma lista “*Sites e apps recusados*”. Clicou em cada um dos *sites* da lista e mudou a senha, um a um.
 - (B) clicou no *link*, foi direcionado à página *Settings* (Configurações) do Google Chrome, clicou em Gerenciamento de Senhas e verificou que havia realmente uma senha comprometida; ele a trocou e salvou-a imediatamente.
 - (C) abriu o navegador, clicou nos 3 pontos do canto superior direito para Personalizar e controlar o Google Chrome, clicou em Senhas e preenchimento automático, clicou em Gerenciador de senhas do Google, clicou em *Check-up* e obteve como resultado “Nenhuma senha comprometida”.
 - (D) clicou no *link*, foi direcionado à página Gerenciamento de Senhas do Chrome e clicou em Verificar senhas comprometidas. O Chrome apresentou a lista de senhas comprometidas e ele trocou uma a uma, salvando-as em seguida.
 - (E) abriu o navegador, clicou nos 3 pontos do canto superior direito para acessar as Configurações do Google Chrome, clicou em Gerenciador de senhas do Google e desmarcou a opção “Oferecer para salvar senhas”.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Geral**

21. A empresa Maquinaria S.A. adquiriu, em 01/01/2020, um equipamento industrial pelo valor de R\$ 10.200.000, tendo efetuado o pagamento à vista. A vida útil definida pela empresa para o equipamento foi 20 anos e o valor residual estimado para venda no final do prazo de utilização foi R\$ 600.000. No final do ano de 2020, a empresa revisou a condição de uso do equipamento, redefiniu a vida útil remanescente em 15 anos e revisou o valor residual estimado no final deste novo prazo em R\$ 720.000. Sabendo que a empresa Maquinaria S.A. adota o método das cotas constantes para cálculo da despesa de depreciação, o valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2022 foi, em reais,
- (A) 8.778.000.
 - (B) 8.520.000.
 - (C) 8.760.000.
 - (D) 8.280.000.
 - (E) 8.400.000.
-

22. As seguintes informações, com valores expressos em reais, são referentes ao exercício de 2021 e foram obtidas dos controles internos de uma empresa:

– Lucro líquido do exercício	700.000
– Distribuição de dividendos	210.000
– Ajuste positivo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (líquido de tributos)	80.000
– Aumento do Capital social	1.000.000
– Perdas na conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior	100.000
– Ganho na alienação de ativos imobilizados	50.000

O valor do resultado abrangente apurado na demonstração do resultado abrangente no exercício de 2021 foi, em reais:

- (A) 680.000.
 - (B) 470.000.
 - (C) 730.000.
 - (D) 520.000.
 - (E) 780.000.
-

23. Em 31/12/2019, a empresa Necessitada S.A. captou recursos por meio da emissão de debêntures no valor de R\$ 20.000.000, com as seguintes características:

- Taxa de juros: 10% ao ano (juros compostos)
- Prazo total: 15 anos
- Forma de pagamento: parcelas anuais constantes no valor de R\$ 2.629.475,54, com vencimento em 31/12 de cada ano.

Os custos de transação incorridos para a emissão e colocação das debêntures no mercado totalizaram R\$ 208.000. A expectativa de queda nas taxas de juros para os próximos anos gerou uma grande demanda pelas debêntures emitidas e a empresa conseguiu obter um valor superior ao desejado, vendendo-as por R\$ 21.400.000. Como consequência, a taxa de custo efetivo da operação foi 9% ao ano (juros compostos).

O impacto no resultado de 2020 da empresa Necessitada S.A. decorrente exclusivamente das debêntures emitidas foi, em reais:

- (A) 2.134.000.
- (B) 2.208.000.
- (C) 2.327.200.
- (D) 1.907.280.
- (E) 2.008.000.



24. O Balanço Patrimonial da empresa Sandálias S.A., em determinada data, evidenciava o valor de R\$ 50.000.000 no Patrimônio Líquido, composto apenas por ações ordinárias. A empresa Calçados S.A. adquiriu, nessa data, o controle da empresa Sandálias S.A. ao adquirir 80% das ações com direito a voto. O valor pago na aquisição foi R\$ 60.000.000 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da Sandálias S.A. era, nessa mesma data, R\$ 56.250.000.

Na data da aquisição, o valor total registrado pela empresa Calçados S.A. no grupo Investimentos do seu Balanço Patrimonial individual foi, em reais:

- (A) 45.000.000.
(B) 50.000.000.
(C) 40.000.000.
(D) 60.000.000.
(E) 48.000.000.
25. A empresa Recursos Sobrando S.A. realizou, em 01/12/2021, três aplicações financeiras cujas características são apresentadas na tabela a seguir:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2021 (R\$)
400.000	01/12/2024	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2% a.m.	412.000
1.200.000	01/08/2025	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	1% a.m.	1.220.000
800.000	01/06/2023	Mensuração ao custo amortizado	1% a.m.	816.000

Considerando as três aplicações financeiras em conjunto, o

- (A) impacto reconhecido no resultado de dezembro de 2021 pela empresa foi R\$ 28.000 positivo.
(B) valor apresentado em 31/12/2021, no ativo da empresa, foi R\$ 2.448.000.
(C) impacto reconhecido no resultado de dezembro de 2021 pela empresa foi R\$ 48.000 positivo.
(D) valor apresentado em 31/12/2021, no ativo da empresa, foi R\$ 2.428.000.
(E) valor apresentado em 31/12/2021, no ativo da empresa, foi R\$ 2.440.000.

26. A empresa Saneamento Social S.A. apresentou a seguinte Demonstração do Resultado do ano de 2022, com os valores expressos em reais:

Demonstração do Resultado – 01/01/2022 a 31/12/2022	
Receita Bruta de Vendas	480.000
(-) Impostos sobre vendas	<u>(110.000)</u>
(=) Receita Líquida	370.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	<u>(150.000)</u>
(=) Lucro Bruto	220.000
(-) Despesas operacionais	
Despesa com salários	(20.000)
INSS sobre salários (parcela da empresa).....	(4.000)
FGTS sobre salários.....	(1.600)
Despesa de depreciação	<u>(35.000)</u>
(=) Lucro antes do IR e CSLL.....	159.400
(-) IR e CSLL.....	<u>(35.400)</u>
(=) Lucro Líquido	124.000

O valor dos tributos recuperáveis referentes ao estoque dos produtos que foram vendidos em 2022 foi R\$ 27.000. O valor adicionado a ser distribuído pela empresa no ano de 2022 foi, em reais,

- (A) 124.000.
- (B) 295.000.
- (C) 303.000.
- (D) 158.000.
- (E) 268.000.



27. As seguintes vendas de mercadorias foram realizadas pela empresa Vela Cheirosa S.A.:

- Vendas à vista: R\$ 1.500.000
- Vendas a prazo: R\$ 1.980.000

As vendas ocorreram no dia 01/12/2021, sendo que as vendas a prazo vencerão integralmente em 01/12/2023. A taxa de juros praticada pela empresa para as vendas a prazo era 0,398% ao mês (equivalente a 4,88% ao ano e a 10% em dois (2) anos).

Na Demonstração do Resultado do ano de 2021, a empresa Vela Cheirosa S.A. reconheceu, exclusivamente em relação às vendas efetuadas em 01/12/2021, receita de vendas no valor de

- (A) R\$ 3.282.000 e Receita Financeira no valor de R\$ 7.092,36.
 - (B) R\$ 3.300.000 e Receita Financeira no valor de R\$ 7.164.
 - (C) R\$ 3.480.000, apenas.
 - (D) R\$ 3.300.000, apenas.
 - (E) R\$ 3.480.000 e Receita Financeira no valor de R\$ 13.850,40.
-

28. Em 01/09/2023 a empresa Vendemos-de-Tudo S.A. não possuía estoque de mercadorias para revenda. Em 15/09/2023 efetuou a compra de um lote de mercadorias de um fornecedor no exterior, pelo valor de R\$ 6.000.000, que foram pagas à vista. A empresa incorreu, adicionalmente, nos seguintes encargos para dispor das mercadorias em condições de venda:
- R\$ 600.000 de transporte aéreo internacional para trazer a mercadoria até o Brasil.
 - R\$ 300.000 de taxas e tarifas alfandegárias para ingresso das mercadorias no Brasil, incluindo o imposto de importação.
 - R\$ 90.000 de impostos locais que são compensados com os impostos incidentes quando ocorrer a venda das mercadorias.
 - R\$ 100.000 para transportar a mercadoria do aeroporto até a sede da empresa.

Em novembro de 2023, a empresa Vendemos-de-Tudo S.A. vendeu noventa por cento (90%) do estoque pelo valor bruto de R\$ 8.500.000 e os impostos incidentes na venda totalizaram R\$ 1.275.000. O Resultado Bruto com Mercadorias apurado exclusivamente em relação às mercadorias importadas e vendidas foi, em reais:

- (A) 1.015.000.
 - (B) 3.100.000.
 - (C) 925.000.
 - (D) 844.000.
 - (E) 1.555.000.
-

29. O Balanço Patrimonial de 31/12/2022 da empresa Só Inventores S.A. apresentava, no subgrupo Intangíveis do Ativo não Circulante, um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor líquido de R\$ 3.000.000, cuja composição era a seguinte:
- Custo de aquisição: R\$ 3.800.000.
 - Perda por desvalorização (*impairment*): R\$ 800.000.

Para realizar o teste de recuperabilidade (*impairment*) em 31/12/2023, a empresa identificou para esse ativo intangível as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 4.000.000.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 2.800.000.

Sabendo-se que o ativo intangível não corresponde a ágio por expectativa de resultados futuros, a Só Inventores S.A.

- (A) reconheceu, no resultado de 2023, um ganho no valor de R\$ 200.000.
- (B) manteve, no ativo, o valor contábil de R\$ 3.000.000.
- (C) reconheceu, no resultado de 2023, um ganho no valor de R\$ 1.000.000.
- (D) reconheceu, no resultado de 2023, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 200.000.
- (E) reconheceu, no resultado de 2023, um ganho no valor de R\$ 800.000.



30. Os Balanços Patrimoniais em 31/12/2021 e 31/12/2022 e a Demonstração do Resultado do ano de 2022 da Empresa de Segurança Maduro S.A. são apresentados a seguir:

Empresa de Segurança Maduro S.A.					
Balanços Patrimoniais em 31/12/2021 e 31/12/2022					
Ativo	31/12/2021	31/12/2022	Passivo	31/12/2021	31/12/2022
<u>Ativo circulante</u>	330.000	643.500	<u>Passivo circulante</u>	390.000	734.575
Caixa e Equivalentes de Caixa	25.000	158.500	Fornecedores a pagar	165.000	213.500
Valores a Receber de Clientes	140.000	240.000	Empréstimos obtidos	225.000	485.000
Estoques	165.000	245.000	Dividendos a pagar	–	16.575
			Imposto de Renda a pagar	–	19.500
<u>Ativo não circulante</u>	360.000	545.000	<u>Patrimônio Líquido</u>	300.000	453.925
Investimentos	35.000	90.000	Capital	250.000	375.000
Imobilizado			Reservas de Lucros	50.000	78.925
Equipamentos	210.000	455.000			
Imóveis	115.000	–			
Total do Ativo	690.000	1.188.500	Total do Passivo + PL	690.000	1.188.500

Empresa de Segurança Maduro S.A.

Demonstração do resultado – Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

Receitas de vendas	1.020.000
(–) Custo das Mercadorias Vendidas	<u>(655.000)</u>
(=) Resultado com Mercadorias	365.000
(–) Despesas operacionais	
Despesas diversas	(295.000)
Depreciação	(30.000)
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	<u>15.000</u>
(=) Resultado antes dos efeitos financeiros	55.000
(–) Despesas financeiras	<u>(25.000)</u>
(=) Resultado após os efeitos financeiros	30.000
(+) Outras receitas e despesas não recorrentes	
Lucro na venda de imóveis	<u>35.000</u>
(=) Resultado antes de impostos e participações	65.000
(–) Despesa com imposto de renda	(19.500)
(=) Resultado líquido	45.500

Durante o ano de 2022, a empresa não liquidou qualquer empréstimo nem pagou as despesas financeiras. Não ocorreu, também, qualquer venda de investimentos ou equipamentos e os imóveis não são depreciados.

Os valores correspondentes ao Caixa das atividades operacionais e ao Caixa das atividades de financiamentos foram, respectivamente, em 2022 e em reais:

- (A) 26.500 (negativo) e 360.000 (positivo).
- (B) 61.500 (negativo) e 360.000 (positivo).
- (C) 61.500 (negativo) e 260.000 (positivo).
- (D) 86.500 (negativo) e 260.000 (positivo).
- (E) 26.500 (negativo) e 260.000 (positivo).

31. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o impacto das transações descritas no resultado patrimonial referente ao exercício financeiro de 2023 foi positivo, em reais, de
- (A) 801.500,00.
 - (B) 940.500,00.
 - (C) 854.500,00.
 - (D) 775.500,00.
 - (E) 714.500,00.
-
32. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o impacto das transações descritas no resultado financeiro referente ao ano de 2023, apurado por meio do Balanço Financeiro, foi positivo, em reais, de
- (A) 835.000,00.
 - (B) 770.000,00.
 - (C) 818.000,00.
 - (D) 848.000,00.
 - (E) 800.000,00.
-
33. De acordo com a Lei nº 4.320/1964 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o impacto das transações descritas no resultado de execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2023 foi positivo, em reais, de
- (A) 796.000,00.
 - (B) 865.000,00.
 - (C) 818.000,00.
 - (D) 770.000,00.
 - (E) 835.000,00.

**Contabilidade Pública**

Atenção: Para responder às questões de números 31 a 37, considere as transações descritas nos itens a seguir que foram extraídas do sistema de contabilidade de uma entidade pública e se referem ao exercício financeiro de 2023.

- I. Baixa da provisão para riscos trabalhistas reconhecida em 08/12/2022 pelo valor total de R\$ 87.000,00 e registro do passivo correspondente pelo valor provisionado. A execução orçamentária para a extinção do passivo ocorreu durante o exercício financeiro de 2024.
- II. Devolução, pelo valor total de R\$ 39.000,00, de depósito em caução recebido em 18/10/2022.
- III. Distribuição gratuita de 50 cestas básicas em 09/01/2023. As 50 cestas básicas foram adquiridas em dezembro de 2022 e estavam registradas pelo valor total de R\$ 10.500,00.
- IV. Empenho de despesa em 06/11/2023 com Serviços de Consultoria pelo valor total de R\$ 48.000,00. O serviço, referente à consultoria contábil, foi parcialmente prestado à entidade pública em dezembro de 2023 e finalizado em janeiro de 2024. A liquidação da despesa ocorreu em dois momentos: R\$ 20.000,00 em 22/12/2023 e R\$ 28.000,00 em 30/01/2024. O pagamento foi integralmente efetuado em 31/01/2024.
- V. Empenho, liquidação e pagamento de despesa com Pessoal e Encargos Sociais pelo valor total de R\$ 5.120.000,00. A despesa corresponde à remuneração dos servidores da entidade pública que prestam serviços à população e o fato gerador da despesa, de acordo com o regime de competência (patrimonial), ocorreu durante o exercício financeiro de 2023.
- VI. Pagamento, pelo valor total de R\$ 26.000,00, de restos a pagar inscritos em 31/12/2022. Esses restos a pagar referem-se a serviços de vigilância prestados à entidade pública durante o exercício financeiro de 2022.
- VII. Recebimento de Transferências Correntes intragovernamentais no valor total de R\$ 5.970.000,00. O fato gerador desta receita, de acordo com o regime de competência (patrimonial), ocorreu durante o exercício financeiro de 2023.
- VIII. Reconhecimento, pelo valor total de R\$ 21.000,00, da depreciação de bens móveis e imóveis.
- IX. Reconhecimento, pelo valor total de R\$ 7.000,00, da perda por redução ao valor recuperável de bens imóveis.
- X. Registro, pelo valor total de R\$ 139.000,00, de um ativo contingente decorrente de uma reivindicação por meio de processo judicial cujo resultado é incerto e entrada de recursos à entidade pública é provável.
- XI. Venda de um veículo em 30/11/2023 pelo valor total de R\$ 63.000,00. Na data da venda, o veículo estava registrado no Ativo Imobilizado pelo custo total de R\$ 70.000,00 e o valor da depreciação e da redução ao valor recuperável acumulados era R\$ 17.000,00. Do total recebido pela venda, R\$ 33.000,00 foi arrecadado em 04/12/2023 e R\$ 30.000,00 em 05/01/2024.



34. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com a NBC TSP 03, a transação descrita no item X foi registrada, com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e no exercício financeiro de 2023, em contas contábeis da natureza de informação
- (A) Patrimonial, somente, e não deve ser divulgada em notas explicativas.
 - (B) de Controle, somente, e divulgada em notas explicativas.
 - (C) de Controle e Patrimonial e divulgada em notas explicativas.
 - (D) de Controle e Orçamentária e divulgada em notas explicativas.
 - (E) Orçamentária, somente, e não deve ser divulgada em notas explicativas.
-
35. Quanto ao registro contábil com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público no exercício financeiro de 2023, a transação descrita no item
- (A) IX foi registrada em contas contábeis da classe 6.
 - (B) I foi registrada em contas contábeis das classes 2 e 3.
 - (C) II foi registrada em contas contábeis da classe 6.
 - (D) IV foi registrada em contas contábeis das classes 2, 3 e 6.
 - (E) VI foi registrada em contas contábeis das classes 1, 2 e 3.
-
36. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a transação descrita no item IV deu origem a um valor total de
- (A) R\$ 48.000,00 evidenciado como Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais na Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício financeiro de 2023, elaborada pelo método indireto.
 - (B) R\$ 48.000,00 evidenciado como Despesa Orçamentária no Balanço Financeiro referente ao ano de 2023 e como Recebimentos Extraorçamentários no Balanço Financeiro referente ao ano de 2023.
 - (C) R\$ 48.000,00 evidenciado como Despesa Orçamentária no Balanço Financeiro referente ao ano de 2024 e como Pagamentos Extraorçamentários no Balanço Financeiro referente ao ano de 2024.
 - (D) R\$ 48.000,00 evidenciado como Despesa Corrente Paga no Quadro Principal do Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2024.
 - (E) R\$ 20.000,00 evidenciado como Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais na Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício financeiro de 2023, elaborada pelo método direto.

37. De acordo com a Lei nº 4.320/1964 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as transações descritas nos itens IV e XI deram origem, respectivamente, a um passivo exigível (obrigação patrimonial) com atributo
- (A) permanente em 06/11/2023 e a um ativo financeiro em 04/12/2023.
 - (B) permanente em 22/12/2023 e a um ativo financeiro em 04/12/2023.
 - (C) financeiro em 22/12/2023 e a um ativo permanente em 30/11/2023.
 - (D) financeiro em 22/12/2023 e a um ativo permanente em 04/12/2023.
 - (E) financeiro em 06/11/2023 e a um ativo financeiro em 30/11/2023.
-

38. Em 31/12/2023, uma entidade pública possuía um imóvel registrado no seu Ativo Imobilizado com custo total de R\$ 960.000,00 e depreciação acumulada de R\$ 110.000,00, incluindo neste valor a depreciação referente ao exercício financeiro de 2023. Após o registro da depreciação deste exercício, foi realizado o primeiro teste de redução ao valor recuperável do imóvel. Os valores apurados foram:

Valor em uso: R\$ 845.000,00

Valor justo: R\$ 848.000,00

Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 820.000,00

De acordo com a NBC TSP 07, o valor contábil do imóvel em 31/12/2023, após o reconhecimento da depreciação referente ao exercício financeiro de 2023 e a realização do referido teste, em reais, era

- (A) 848.000,00.
- (B) 820.000,00.
- (C) 960.000,00.
- (D) 850.000,00.
- (E) 845.000,00.



39. De acordo com a NBC TSP 11, uma entidade pública deve classificar como
- (A) circulante o caixa e equivalentes de caixa, mesmo que seu uso para pagamento de passivos esteja vedado por pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.
 - (B) não circulante o ativo que se espera realizar no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis e cuja mobilização ou alienação dependa de autorização orçamentária.
 - (C) não circulante os passivos financeiros cujo pagamento esteja previsto para até doze meses após a data das demonstrações contábeis, desde que o prazo original de liquidação seja superior a doze meses.
 - (D) não circulante as dívidas fundadas e outros pagamentos que não dependam de autorização orçamentária, tais como obrigações contratuais com amortização prevista para prazo superior a doze meses.
 - (E) circulante o ativo mantido essencialmente com a finalidade de ser negociado, tais como alguns ativos financeiros classificados como mantidos para negociação.

40. Considere as seguintes informações referentes à despesa de serviços de poda de árvores prestados a uma entidade pública:

27/11/2023: empenho da despesa pelo valor de R\$ 3.850,00.

11/12/2023 a 22/12/2023: serviço de poda realizado integralmente por pessoa física contratada.

31/12/2023: anulação total do empenho emitido em 27/11/2023.

05/01/2024: empenho e liquidação da despesa pelo valor de R\$ 3.850,00.

08/01/2024: pagamento da despesa pelo valor empenhado em 05/01/2024.

Considere também que a entidade pública não efetuou registros contábeis referentes ao serviço de poda de árvores em contas contábeis pertencentes às classes 1, 2, 3 e 4 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público durante o exercício financeiro de 2023.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a entidade pública deve

- (A) registrar uma variação patrimonial qualitativa no exercício financeiro de 2024.
- (B) registrar uma variação patrimonial quantitativa em 05/01/2024 e uma despesa corrente em 05/01/2024.
- (C) utilizar o elemento de despesa 37 – Locação de Mão de Obra no empenho efetuado em 05/01/2024.
- (D) registrar uma variação patrimonial quantitativa em 08/01/2024 e uma despesa corrente em 05/01/2024.
- (E) utilizar o elemento de despesa 93 – Indenizações e Restituições no empenho efetuado em 05/01/2024.

41. Para obter segurança razoável, o auditor deve obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para reduzir o risco de auditoria a um nível baixo aceitável e, com isso, possibilitar a ele obter conclusões razoáveis e nelas basear a sua opinião.

Com base no texto acima considere:

- I. O risco de auditoria inclui o risco de que o auditor possa expressar uma opinião de que as demonstrações contábeis contêm distorção relevante quando esse não é o caso. Esse risco, não raro, é significativo.
- II. A evidência de auditoria é necessária para sustentar a opinião e o relatório do auditor, sendo de natureza cumulativa e primariamente obtida a partir de procedimentos de auditoria executados durante o curso da auditoria. Entretanto, também pode ser obtida de informações de outras fontes, como, por exemplo, auditorias pretéritas.
- III. O risco de detecção se relaciona com a natureza, a época e a extensão dos procedimentos que são determinados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível baixo aceitável.
- IV. As limitações inerentes de uma auditoria fazem com que não seja possível eliminar completamente o risco de que algumas distorções relevantes das demonstrações contábeis não sejam detectadas. Bem por isso, justificando-se com base nesse cenário, o auditor pode emitir opinião, em determinados casos, com base em evidências de auditorias menos persuasivas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

-
42. A NBC TA – Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração destaca que os trabalhos são realizados com a presença de, pelo menos, três partes: o auditor independente, a parte responsável e os usuários previstos. Além, a depender das circunstâncias, pode haver também a função separada de mensurador ou avaliador, ou a parte contratante.

Com base no texto acima:

- (A) O auditor independente tem sob sua responsabilidade avaliar, mensurar as irregularidades e desempenho da administração pública.
- (B) É papel do auditor independente, como condutor do trabalho, assegurar que a informação do objeto esteja livre de distorções relevantes.
- (C) Caso o auditor independente conclua, em análise preliminar, que os requisitos éticos referentes à competência não serão cumpridos, ele não deve aceitar o trabalho, a não ser que esses requisitos possam ser cumpridos ao se utilizar de trabalho de especialista. Nessa circunstância, a responsabilidade da conclusão de asseguração emitida será dividida entre o auditor e o especialista.
- (D) A parte responsável, sendo necessariamente a parte que contrata o auditor independente, geralmente também assume o papel de mensurador ou avaliador.
- (E) Em relatórios de asseguração, o auditor independente deve sempre identificar e considerar todos os possíveis leitores do documento, independentemente da quantidade de pessoas que possam ter acesso a ele.

43. Maria, auditora independente experiente, foi contratada para auditar as demonstrações contábeis da empresa Contabilidade S.A., uma companhia de médio porte do setor de tecnologia. Durante a fase de planejamento, Maria identificou que a Contabilidade S.A. estava passando por uma rápida expansão, com a abertura de várias filiais em diferentes regiões do país. Além disso, a empresa havia implementado recentemente um novo sistema de gestão financeira.

Ao analisar os processos internos, Maria notou que, devido ao rápido crescimento, muitos funcionários novos foram contratados para áreas financeiras e contábeis, alguns sem experiência prévia no setor. Por estar na parte inicial do planejamento, não havia analisado, até o momento, a capacidade de o controle interno da empresa detectar e corrigir tempestivamente possíveis distorções.

Maria estava preocupada com a possibilidade de erros nas demonstrações contábeis devido a essas circunstâncias. Ela sabia que precisava avaliar cuidadosamente os riscos envolvidos para planejar adequadamente os procedimentos de auditoria.

Considerando a situação descrita e com base na NBC TA 200, na etapa de planejamento de auditoria, Maria estava avaliando principalmente, o risco

- (A) do negócio do auditor, na medida em que Maria, pela situação encontrada, possivelmente pode expressar opinião de que as demonstrações contábeis contêm distorção relevante quando esse não é o caso.
 - (B) inerente, pois está associado à suscetibilidade de uma afirmação a uma distorção relevante, independentemente dos controles relacionados.
 - (C) de detecção, pois representa o risco de o auditor expressar uma opinião inadequada, quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.
 - (D) de controle, pois está ligado à possibilidade de que uma distorção não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade.
 - (E) de auditoria, pois está relacionado à possibilidade de os procedimentos executados pelo auditor não detectarem uma distorção existente.
-

44. Com base na NBC TA 230,

- (A) de forma geral, o período de guarda da documentação de auditoria é de dez anos, a partir do envio, pelo auditor independente, de seu relatório final.
 - (B) a documentação de auditoria deve ser elaborada de forma que um leigo possa entender os procedimentos e conclusões da auditoria.
 - (C) em casos excepcionais, o auditor pode julgar necessário não atender um requisito relevante de determinada norma, sendo necessário documentar os procedimentos alternativos que cumprem a finalidade desse requisito e os motivos do não atendimento.
 - (D) arquivo de auditoria é o registro dos procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria relevante obtida e conclusões alcançadas pelo auditor.
 - (E) a documentação de auditoria é utilizada apenas para a elaboração do relatório final e não pode conter documentos emitidos após a data desse relatório.
-

45. Com base na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal),

- (A) a verificação do atendimento dos limites e condições para a realização de operações de crédito, inclusive concessão de garantias, é de responsabilidade do Ministério do Planejamento, que pode, em caso de irregularidades, declarar a nulidade do contrato.
- (B) em situação de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, um ente da Federação pode contrair operações de crédito por antecipação de receita orçamentária sem restrições de períodos e limites, por conta das suspensões previstas no artigo 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (C) se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, sendo que, no primeiro, deve pelo menos haver redução de 25%. Se assim não for feito, dentre outras sanções, ficará proibido de receber transferências voluntárias da União ou Estado.
- (D) o descumprimento dos limites de despesa com pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal pode vir a impedir que o ente responsável conceda garantia, direta ou indireta, a outro ente.
- (E) a Lei Complementar nº 200/2023 trouxe importante inovação à redação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Agora, a União e os Estados devem inserir no Anexo de Riscos Fiscais demonstrativo do efeito esperado e a compatibilidade, no período de cinco anos, do cumprimento das metas de resultado primário sobre a trajetória de convergência da dívida pública, evidenciando o nível de resultados fiscais consistentes com a estabilização da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).



46. Sobre os trabalhos de auditoria, considere:

- I. Tanto a amostragem estatística quanto a não estatística, quando adequadamente utilizadas, podem fornecer evidência suficiente para as conclusões do auditor.
- II. O objetivo do auditor é planejar e executar procedimentos de auditoria que lhe permitam obter evidências apropriadas e suficientes, possibilitando-lhe chegar a conclusões razoáveis para fundamentar sua opinião.
- III. Recálculo é um procedimento de auditoria que consiste na verificação da exatidão matemática de documentos ou registros, devendo ser realizado, preferencialmente, de forma manual. Além disso, quando um auditor observa a contagem de estoque pelos funcionários de uma entidade, trata-se do procedimento denominado observação.
- IV. Conforme a NBC TA 315, o auditor, no procedimento de avaliação de riscos, deve fazer indagações à administração e a outros indivíduos apropriados da entidade, inclusive indivíduos da função de auditoria interna. Se a função de auditoria interna não existir, deve destacar esse assunto em parte específica de seu relatório de auditoria, por ser distorção considerada relevante por existência.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I e II.
- (C) I.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e III.

47. Sobre a temática dos princípios orçamentários e seus reflexos nos normativos jurídicos que versam sobre orçamento,
- (A) determinado ente público pretende comprar carros novos no valor de R\$ 250.000,00. Desse valor, R\$ 200.000,00 serão pagos em dinheiro e R\$ 50.000,00 em permuta. Portanto, se na lei orçamentária anual constar o valor de R\$ 200.000,00, há desrespeito ao princípio do orçamento bruto.
 - (B) o princípio da universalidade prevê que o orçamento deve conter todas as receitas e despesas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei, como, por exemplo, as operações de crédito por antecipação da receita e emissões de papel-moeda.
 - (C) em exceção ao princípio da anualidade orçamentária, os créditos suplementares autorizados nos últimos quatro meses do exercício podem ser reabertos no exercício subsequente, nos limites de seus saldos.
 - (D) com base no princípio da especificação, a lei orçamentária anual não pode conter dotação genérica para suportar indistintamente despesas. Mas há exceção para programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam se subordinar às normas gerais da execução de despesa. Esses programas se classificam-se, através de dotações globais, entre as despesas de capital.
 - (E) salvo as exceções legais previstas, as receitas de tributos não podem ser vinculadas a determinados gastos, em respeito ao princípio da não vinculação de receitas.
-

48. Carlos, gestor público experiente, está elaborando um orçamento para seu órgão público. Nesse processo, ele decide integrar o planejamento estratégico da instituição ao planejamento orçamentário, de forma a alinhar os recursos com os objetivos institucionais. Por essa razão, ele organiza o orçamento que ajuda a monitorar e alocar os recursos disponíveis. Carlos também não esqueceu de elaborar bons indicadores para acompanhar e medir os resultados, tudo em respeito aos primados da eficiência, eficácia e efetividade.

Para otimizar os recursos disponíveis, analisa diversas alternativas e indaga sobre os custos envolvidos, buscando boa relação custo-benefício, enfatizando a importância do aspecto administrativo para uma gestão eficiente do orçamento.

Com base no texto, o orçamento elaborado por Carlos reflete as principais características do orçamento:

- (A) contemporâneo
- (B) programa.
- (C) desempenho.
- (D) base-zero.
- (E) participativo.

49. A respeito do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual:
- (A) A lei orçamentária anual compreende o orçamento de investimento de todas as empresas que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social.
 - (B) O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais são leis complementares de iniciativa do Poder Executivo.
 - (C) O plano plurianual define, de forma nacional, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes.
 - (D) Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição são elaborados em constância com o plano plurianual.
 - (E) O plano plurianual consigna as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e para as relativas aos programas de duração continuada. Já as despesas correntes para sustentar os gastos de capital previstos devem ser previstas apenas nas leis orçamentárias, já que são flexíveis e mudam anualmente.

50. O Relatório de Gestão Fiscal é um importante instrumento de controle da saúde fiscal dos entes nacionais. Por conta disso, deve ser compreendido por uma série de demonstrativos que auxiliam o entendimento da saúde financeira do ente.

Em relação a este Relatório, considere:

- I. Deve ser assinado, dentre outros responsáveis previstos na legislação, por membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário.
- II. Contém comparativo da despesa total com pessoal, distinguindo os inativos e pensionistas.
- III. Contém balanço orçamentário, especificado por categoria econômica, das receitas por fontes.
- IV. Contém relatório de operações de crédito, desconsiderando-se aquelas realizadas por antecipação de receita.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) I, II e III.
- (E) I, II e IV.

51. Em relação à receita e à despesa públicas:
- (A) O empenho da despesa faz parte da etapa de planejamento da despesa e, portanto, cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição para que isso ocorra.
 - (B) A receita pública, assim como a despesa pública, deve ser fielmente planejada pelos entes nacionais. Por conta disso, todas as receitas públicas passam pela etapa de previsão.
 - (C) Se um município firmar contrato com uma instituição bancária para que seja adiantada receita orçamentária que esteja prevista na lei orçamentária municipal, estaremos diante de uma receita classificada, em relação à forma de ingresso, como orçamentária.
 - (D) Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributárias, são inscritos como Dívida Ativa, ao passo que os mesmos créditos, de natureza não tributárias, são classificados como Dívida Administrativa.
 - (E) A aquisição de um prédio em utilização para sua transformação em uma nova Unidade de Pronto Atendimento – UPA deve ser classificada como despesa de capital de inversão financeira.
-

52. A Emenda Constitucional nº 105/2019 implementou na legislação constitucional brasileira as emendas individuais impositivas popularmente conhecidas como “Emendas Pix”. Sobre essas emendas, com base nas disposições contidas no artigo 166-A da Constituição Federal de 1988,
- (A) a transferência de recursos na modalidade “transferência especial” pressupõe a celebração de convênio específico entre a União e o ente federativo beneficiado.
 - (B) os recursos alocados no orçamento e transferidos aos Estados, Distrito Federal e Municípios integram, para todos os efeitos, as receitas desses entes. Por conta disso, impactam no cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo.
 - (C) se um ente municipal estiver superendividado, as normas constitucionais permitem que os recursos transferidos com base nas emendas individuais impositivas possam ser utilizados para pagamento de encargos de serviço da dívida, para que não haja solução de continuidade de suas políticas públicas.
 - (D) os recursos transferidos na modalidade “transferência com finalidade definida” podem ser aplicados nas áreas de competência constitucional dos Municípios, desde que esse fato esteja previsto na programação estabelecida na emenda parlamentar.
 - (E) os recursos transferidos na modalidade “transferência especial” pertencem ao ente federado na data da efetiva transferência financeira e devem ser aplicadas em programações finalísticas das áreas de competência do Poder Executivo, observando-se, obrigatoriamente, o percentual de 70% em despesas de capital.
-



Atenção: Para responder às questões de números 53 e 54, considere as informações apresentadas no quadro a seguir, sobre a execução orçamentária de despesas do exercício financeiro de 2023 de um ente público.

Valores em reais (R\$)

Descrição da despesa	Despesa		
	Empenhada	Liquidada	Paga
Amortização do principal da dívida contratual	330.000,00	330.000,00	300.000,00
Salários dos servidores públicos	1.000.000,00	990.000,00	750.000,00
Aquisição de papéis higiênicos	185.000,00	110.000,00	100.000,00
Aquisição de um bem imóvel que já estava em utilização	3.500.000,00	3.000.000,00	2.750.000,00
Juros da dívida contratual	120.000,00	100.000,00	87.000,00
Aquisição de veículos automotores	485.000,00	260.000,00	200.000,00

53. O Balanço Financeiro do exercício de 2023 desse ente evidenciou, a título de receita extraorçamentária, em R\$,
- (A) 4.187.000,00.
 - (B) 1.433.000,00.
 - (C) 5.620.000,00.
 - (D) 603.000,00.
 - (E) 4.479.000,00.
-
54. Em 31/12/2023, nos termos da Lei nº 4.320/1964, o valor inscrito em restos a pagar foi, em R\$:
- (A) 340.000,00 de restos a pagar processados de despesas de capital.
 - (B) 225.000,00 de restos a pagar não processados de despesas de capital.
 - (C) 310.000,00 de restos a pagar processados de despesas de capital.
 - (D) 293.000,00 de restos a pagar processados de despesas correntes.
 - (E) 60.000,00 de restos a pagar processados de despesa de capital de inversões financeiras.
-

Orçamento Público

Atenção: Para responder às questões de números 55 e 56, considere as seguintes informações sobre a aquisição de uma placa de memória para um computador por uma entidade pública:

04/12/2023: empenho de despesa no valor de R\$ 3.110,00 para a aquisição da placa de memória.

29/12/2023: recebimento da placa de memória pela entidade pública e registro do crédito empenhado em liquidação.

03/01/2024: liquidação da despesa pelo valor total empenhado.

15/01/2024 a 19/01/2024: substituição da placa antiga pela placa nova, realizada por servidores da entidade pública, devido a danos na placa anterior. A troca foi feita por uma placa de mesma capacidade para a manutenção do funcionamento do computador.

31/01/2024: pagamento da despesa pelo valor total empenhado.

55. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a despesa com a troca da placa de memória deve ser classificada

- (A) no elemento de despesa 39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica e inscrita em restos a pagar não processados em 31/12/2023.
- (B) no grupo da natureza da despesa 3 – Outras Despesas Correntes e inscrita em restos a pagar não processados em 31/12/2023.
- (C) na categoria econômica 4 – Despesas de Capital e inscrita em restos a pagar não processados em 31/12/2023.
- (D) na categoria econômica 3 – Despesas Correntes e inscrita em restos a pagar processados em 31/12/2023.
- (E) no elemento de despesa 52 – Equipamentos e Material Permanente e inscrita em restos a pagar processados em 31/12/2023.



56. O registro do crédito empenhado em liquidação em 29/12/2023 deu origem a
- (A) uma Despesa Liquidada no Balanço Orçamentário que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente aos meses de setembro a dezembro de 2023, de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais.
 - (B) uma Despesa Liquidada no Balanço Orçamentário que integra o Relatório de Gestão Fiscal referente aos meses de novembro e dezembro de 2023, de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais.
 - (C) um Ativo Permanente no Quadro Principal do Balanço Patrimonial de 31/12/2023, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
 - (D) um Passivo Circulante no Quadro Principal do Balanço Patrimonial de 31/12/2023, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
 - (E) um Passivo Permanente no Quadro Principal do Balanço Patrimonial de 31/12/2023, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
-
57. Em relação aos instrumentos de planejamento,
- (A) a Constituição Federal de 1988 estabelece que as emendas individuais ao Projeto de Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2025 podem ser aprovadas até o limite de 2% da receita orçamentária arrecadada no exercício financeiro de 2023.
 - (B) a Constituição Federal de 1988 determina que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve dispor sobre exercício financeiro, vigência e prazos da Lei Orçamentária Anual, além de apresentar um demonstrativo regionalizado dos efeitos de isenções tributárias.
 - (C) o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público estabelece que a Lei Orçamentária Anual classifique no elemento de despesa 40 – Serviços de Tecnologia da Informação a dotação para contratação de serviço de telefonia fixa, sem adicionais de pacotes de comunicação de dados.
 - (D) o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público estabelece que a Lei Orçamentária Anual classifique como Despesas Correntes as despesas fixadas com reparos em instalações elétricas e hidráulicas, manutenção de elevadores e aquisição de pen-drive.
 - (E) a Constituição Federal de 1988 permite a aprovação de emendas aos Projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, desde que a fonte de recursos para a execução dessas emendas pertença aos grupos de natureza da despesa 1 a 3.

58. Quanto às receitas públicas, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público determina que
- (A) as receitas arrecadadas com Multas e Juros da Alienação de Bens Intangíveis, Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos e Cessão de Direitos devem ser classificadas como Receitas Correntes.
 - (B) os recursos financeiros provenientes do superávit financeiro referente ao ano de 2023 devem ser reconhecidos como Receitas Correntes em 2024, na origem Outras Receitas Correntes.
 - (C) os recursos financeiros resultantes do cancelamento, em 05/01/2024, de despesas inscritas em restos a pagar em 31/12/2023 referentes a material de consumo devem ser reconhecidos como Receitas Correntes em 2024.
 - (D) a previsão da Receita Patrimonial, no momento da aprovação da Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2024, deve ser registrada em contas contábeis das classes 1 e 4 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
 - (E) os recursos financeiros recebidos em espécie, por meio de doação em 22/08/2024, devem ser registrados como Receita Extraorçamentária caso não estejam previstos na Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2024.
-
59. De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, o Anexo de Metas Fiscais referente ao exercício financeiro de 2024 contém o Demonstrativo da
- (A) Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos referente ao último bimestre do exercício financeiro de 2023, apresentando a receita proveniente da alienação de ativos e a aplicação dos recursos obtidos.
 - (B) Evolução do Patrimônio Líquido, apresentando fatos que contribuíram para o aumento ou a diminuição da situação líquida patrimonial no período de 2020 a 2022.
 - (C) Receita Corrente Líquida, apresentando o somatório das receitas tributárias, de serviços, patrimoniais e outras receitas correntes arrecadadas no referido exercício.
 - (D) Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, discriminando as receitas realizadas com alienação de bens, aluguéis e arrendamentos no período de 2020 a 2022.
 - (E) Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, informando as metas para as receitas e despesas nominais e primárias referentes ao exercício financeiro de 2023 e explicando os resultados alcançados.
-
60. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, (I) a obtenção de receitas com operações de crédito, (II) o lançamento e a arrecadação de receitas correntes e (III) as despesas com juros sobre operações de crédito por antecipação de receita orçamentária correspondem, respectivamente, a receita orçamentária
- (A) efetiva, receita orçamentária não efetiva e despesa de capital.
 - (B) não efetiva, receita orçamentária efetiva e despesa extraorçamentária.
 - (C) efetiva, receita orçamentária não efetiva e despesa extraorçamentária.
 - (D) efetiva, receita orçamentária efetiva e despesa de capital.
 - (E) não efetiva, receita orçamentária efetiva e despesa corrente.

DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo 11: itens 11.2 A **Prova Discursiva-Estudo de Caso** constará de **01 (uma) questão prática**, para a qual o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. [...] 11.9 Será atribuída nota **ZERO** à **Prova Discursiva-Estudo de Caso** nos seguintes casos: 11.9.1 fugir ao tema proposto; 11.9.2 apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; 11.9.3 for assinada fora do local apropriado; 11.9.4 apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 11.9.5 estiver em branco; 11.9.6 apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; 11.9.7 não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios definidos pela Banca Examinadora. 11.10 Respostas que apresentarem trechos reproduzidos de textos já divulgados em fontes de acesso público a que a Banca Examinadora tenha acesso, ou que apresentem cópia de trecho dos textos motivadores, de questões ou textos da prova objetiva, poderão ser penalizadas com redução drástica da nota. [...] 11.12 Na **Prova Discursiva-Estudo de Caso**, deverá ser rigorosamente observado o limite máximo de **15 (quinze) linhas** para a questão, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos ao Estudo de Caso. 11.13 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da **Prova Discursiva-Estudo de Caso** pela Banca Examinadora. 11.14 Eventuais marcações nos enunciados das questões, que não excedam a palavras sublinhadas ou circuladas, não trarão prejuízo à correção da prova.

QUESTÃO 1

Considere as seguintes informações descritas nos itens sobre materiais bibliográficos de uma entidade pública que atua na apreciação de causas trabalhistas:

- I. Em 12/12/2023, foi empenhada despesa de R\$ 18.000,00 para a aquisição de livros técnicos destinados à atualização da biblioteca interna, utilizada pelos servidores. Os livros, que serão mantidos na biblioteca por prazo indeterminado, foram recebidos pela entidade pública em 21/12/2023, com a despesa liquidada nesta data e paga em janeiro de 2024, pelo valor total empenhado.
- II. Em 15/08/2023, foi empenhada despesa de R\$ 3.900,00 para a aquisição de livros infantis para distribuição gratuita no âmbito de um projeto de conscientização sobre o trabalho infantil. Os livros foram recebidos pela entidade pública em 04/09/2023, com a despesa liquidada nesta data e paga em 29/09/2023. A distribuição de todos os livros ocorreu em 24/01/2024.
- III. Em 14/11/2023, a entidade recebeu a doação de 25 livros técnicos, sem condições atreladas, de uma entidade privada. Esses livros foram destinados à atualização da biblioteca interna e registrados contabilmente pelo valor de R\$ 4.200,00.

Com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, responda às seguintes questões:

- a. Qual a classificação orçamentária quanto à categoria econômica e ao grupo de natureza da despesa para a aquisição descrita no item I?
- b. Qual a classificação orçamentária quanto à categoria econômica e ao grupo de natureza da despesa para a aquisição descrita no item II?
- c. Qual foi a base de mensuração utilizada pela entidade pública para os livros descritos no item III? Indique o momento em que essa base deve ser aplicada.
- d. Em quais quadros do Balanço Orçamentário a despesa descrita no item I deve ser evidenciada? Indique os exercícios financeiros ou datas a que se referem esses quadros.
- e. Em quais demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, e seus respectivos quadros (quando aplicáveis), deve ser evidenciado o valor referente à doação recebida e descrita no item III? Indique os exercícios financeiros ou datas a que se referem esses quadros.